

# Conglomerado Financeiro Citi Brasil 2018



## EMBRACE THE FUTURE

Atuamos há 103 anos no país, conectando o Brasil com o resto do mundo, por meio de uma plataforma de negócios presente em 98 países, sendo 23 deles na América Latina.



### Corporate and Investment Banking

Responsável pela cobertura especializada de grandes clientes corporativos, em escalas local e global.



### Commercial Bank

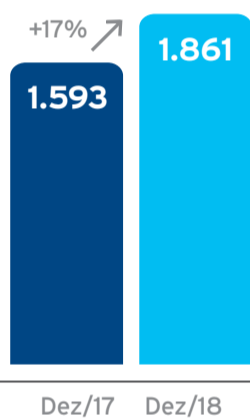
Oferece a médias e grandes empresas soluções personalizadas e serviços diferenciados de um banco global.



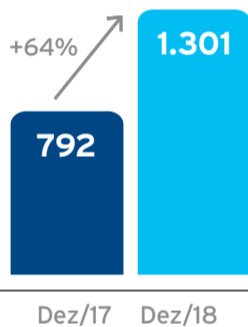
### Private Bank

Dedicado à gestão patrimonial, atende clientes globais de altíssima renda, customizando soluções de investimento e crédito.

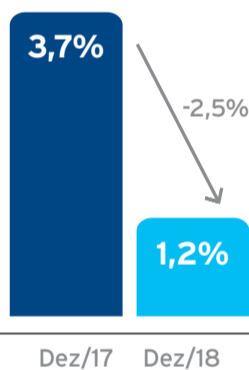
## Nossos Resultados BR GAAP (em milhões de reais)



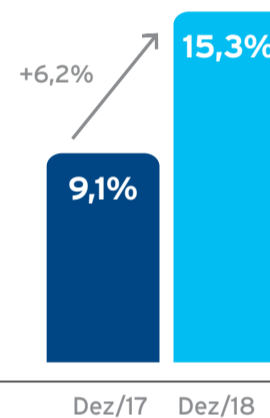
Resultado antes de imposto e participação nos lucros



Lucro Líquido



Índice de Provisão de Crédito



Retorno sobre o Patrimônio Líquido\*

\* Retorno calculado com base no Patrimônio Líquido Médio.

## Prêmios e Rankings (2018)

### Brasil

**#1** em Emissão de Bônus no Mercado Internacional<sup>1</sup>

**#1** em Previsões da Taxa Selic de longo prazo 2018<sup>2</sup>

**#1** em Custódia para investidores estrangeiros, com cerca de 60% de Market Share<sup>3</sup>

**#2 FX** no mercado local<sup>2</sup>

**Top 4** em Derivativos no país<sup>4</sup>

**Global Finance** Melhor Banco Digital Corporativo / Institucional por 6 anos consecutivos

1 - Ranking Dealogic. 2 - Ranking Banco Central do Brasil. 3 - Ranking Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). 4 - Ranking B3.

### América Latina

#### Global Finance

Melhor subcategoria regional de Corporate / Institutional Digital Banks:

- Melhor Investment Management Services
- Melhor Trade Finance Services
- Melhor Online Portal Services
- Melhor Integrated Corporate Banking Site
- Melhor Information Security and Fraud Management
- Melhor Online Treasury Services
- Melhor em Mobile Banking
- Melhor em Social Media Marketing and Services
- Melhor Mobile Banking App
- Melhor Innovative Digital Bank

Melhor Treasury and Cash Management Providers do mundo:

- Melhor banco para Liquidity Management
- Melhor banco para Payments & Collections
- Melhor banco para Working Capital Optimization

Melhores Investment Banks do mundo:

- Melhor Equity Bank
- Melhor Debt Bank

Melhor Securities Services Providers do mundo:

- Melhor Sub-custodian Banks

#### Euromoney

- Melhor Banco para Financiamento
- Melhor Banco para Finanças Sustentáveis

#### Custody Risk Global Awards

- Custodiante do ano

### Global

#### Business Insider

#1 em Mobile Banking Features

#### Greenwich Associates

- #1 em Sales & Trading
- #1 em E-Trading
- #1 em Fixed Income Market Share

#### Professional Wealth Management - PWM

- Melhor Private Bank Global

#### Euromoney

- Melhor Banco do mundo para Responsabilidade Corporativa
- Melhor Banco do mundo em Investment & Financial

#### Kiplinger

- Melhor Banco para High Net Worth Families

#### Affordable Housing Finance

- #1 em Affordable Housing Lender - Citi Community Capital

#### Bank Investment Consultant - BIC

TOP 100 - Bank Advisors\*

\*25 Citi Advisors.



# Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

## Relatório da Administração

**Apresentação:** A Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil apresentou um lucro líquido de R\$1.301.334 (2017 - R\$791.705), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 15,29% (2017 - 9,10%). Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Baseleia do Conglomerado Prudencial era de 15,85% (2017 - 15,94%).

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2018 o Conglomerado distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante

de R\$ 1.058.105 (2017 - R\$ 1.039.766) tendo sido pago o montante de R\$ 1.105.963 (2017 - R\$ 1.471.908) e R\$ 20.000 pagos em janeiro de 2019.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro

de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 18 de março de 2019. Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (4,03%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017. São Paulo, 18 de março de 2019.

A Diretoria

## Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)		2018	2017
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>55.449.891</b>	<b>47.141.727</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>3.406.169</b>	<b>431.823</b>
Aplicações em operações compromissadas	5	15.127.324	12.955.371
Aplicações em depósitos interfinanceiros		14.117.634	11.582.744
Aplicações em moedas estrangeiras		1.009.689	580.730
Aplicações em depósitos de terceiros		-	791.897
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>16.073.429</b>	<b>12.620.414</b>
Carteira própria		9.135.203	6.234.598
Vinculados à operações compromissadas		3.152.396	2.760.856
Instrumentos financeiros derivativos		2.041.850	2.338.929
Vinculados ao Banco Central		349.159	-
Vinculados à prestação de garantias		1.394.821	1.286.021
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>2.826.059</b>	<b>3.654.410</b>
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central		2.826.042	3.654.333
Correspondentes no país		17	77
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>2.617.557</b>	<b>5.809.244</b>
Operações de crédito - Setor privado		2.652.976	6.088.239
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(35.419)	(6.088.239)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8</b>	<b>52.852</b>	<b>12.307</b>
Operações de arrendamento a receber - setor privado		53.068	15.170
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	(216)	(2.863)
<b>Outros créditos</b>		<b>15.341.650</b>	<b>11.643.585</b>
Carteira de câmbio	9	10.638.524	8.014.713
Rendas a receber		194.361	265.197
Negociação e intermediação de valores	10	202.630	241.598
Créditos tributários	11	316.698	499.394
Diversos	12	4.057.162	2.673.932
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(67.455)	(51.249)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>4.852</b>	<b>14.473</b>
Despesas antecipadas	13	4.852	14.473
<b>Não circulante</b>		<b>19.257.981</b>	<b>14.744.461</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>18.972.056</b>	<b>14.432.125</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>70.528</b>	<b>581.307</b>
Aplicações em operações compromissadas		-	140.211
Aplicações em depósitos interfinanceiros		70.528	440.826
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>11.635.565</b>	<b>9.744.793</b>
Carteira própria		3.588.446	2.511.153
Vinculados a operações compromissadas		378.161	990.903
Instrumentos financeiros derivativos		1.209.968	1.594.387
Vinculados à prestação de garantias		6.458.990	4.648.350
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>4.552.071</b>	<b>1.760.709</b>
Operações de crédito - Setor privado		4.601.605	1.833.859
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(49.534)	(73.150)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8</b>	<b>64</b>	<b>33.742</b>
Operações de arrendamento a receber - Setor privado		174	33.742
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	(110)	-
<b>Outros créditos</b>		<b>2.713.828</b>	<b>2.311.844</b>
Créditos por avais e fianças honrados		17.124	11.700
Carteira de câmbio	9	107.520	169.030
Rendas a receber		194.361	3.384
Créditos tributários	11	638.045	632.299
Diversos	12	1.951.368	1.495.641
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	-	(210)
<b>Permanente</b>		<b>285.925</b>	<b>312.336</b>
<b>Investimentos</b>	<b>14</b>	<b>3.335</b>	<b>3.784</b>
Outros investimentos		9.315	9.764
(Provisão para perdas)		(5.980)	(5.980)
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>15</b>	<b>117.532</b>	<b>137.109</b>
Imóveis de uso		66.196	66.196
Imobilizações em curso		1.546	3.084
Sistemas de processamento de dados		147.000	143.963
Outras imobilizações de uso		260.849	339.611
(Depreciações acumuladas)		(358.059)	(415.745)
<b>Intangível</b>	<b>16</b>	<b>165.058</b>	<b>171.443</b>
Ativos intangíveis		307.285	278.808
(Amortizações acumuladas)		(142.227)	(107.365)
<b>Total do ativo</b>		<b>74.707.872</b>	<b>61.886.188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais)		2018	2017
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>57.159.514</b>	<b>46.303.868</b>
<b>Depósitos</b>	<b>17</b>	<b>12.975.135</b>	<b>11.312.736</b>
Depósitos à vista		4.594.429	4.766.649
Depósitos interfinanceiros		-	14.772
Depósitos a prazo		8.365.934	6.546.087
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>18</b>	<b>8.109.377</b>	<b>5.446.882</b>
Carteira própria		3.214.340	3.222.934
Carteira de terceiros		1.219.782	3.165
Carteira livre movimentação		3.675.255	2.220.783
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>264.547</b>	<b>1.869.847</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		46.073	1.564.184
Certificados de operações estruturadas		218.474	305.663
<b>Relações interdependências</b>		<b>1.344.330</b>	<b>1.050.063</b>
Recursos em trânsito de terceiros		1.344.330	1.050.063
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>19.a</b>	<b>9.999.895</b>	<b>7.052.177</b>
Empréstimos no exterior		9.999.895	7.052.177
<b>Obrigações por repasses do país</b>	<b>19.b</b>	<b>83.679</b>	<b>454.862</b>
<b>Instituições oficiais</b>			
BNDES		251	399.223
FINAME		232	787
Outras instituições		83.196	54.852
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	<b>19.b</b>	<b>3.598.869</b>	<b>2.824.801</b>
Repasses do exterior		3.598.869	2.824.801
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>7</b>	<b>2.785.684</b>	<b>2.582.013</b>
Instrumentos financeiros derivativos		2.785.684	2.582.013
<b>Outras obrigações</b>		<b>17.997.998</b>	<b>13.710.487</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		743.310	145.531
Carteira de câmbio	9	10.157.187	7.654.064
Sociais e estatutárias	20	132.915	174.910
Fiscais e previdenciárias	21	257.878	343.497
Negociação e intermediação de valores	10	4.224.382	3.128.017
Diversas	22	2.482.326	2.264.468
<b>Não circulante</b>		<b>8.758.858</b>	<b>7.364.632</b>
<b>Depósitos</b>	<b>17</b>	<b>3.421.549</b>	<b>2.479.473</b>
Depósitos interfinanceiros		1.959	-
Depósitos a prazo		3.419.590	2.479.473
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>18</b>	<b>285.532</b>	<b>505.536</b>
Carteira própria		285.532	505.536
<b>Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares</b>		<b>118.397</b>	<b>374.910</b>
Certificados de operações estruturadas		7.304	46.941
Certificados de operações estruturadas		111.093	327.969
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>19.a</b>	<b>-</b>	<b>705</b>
Empréstimos no exterior		-	705
<b>Obrigações por repasses do país</b>	<b>19.b</b>	<b>8.873</b>	<b>109.368</b>
<b>Instituições oficiais</b>			
BNDES		135	101.088
FINAME		3.146	8.280
Outras instituições		5.592	-
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	<b>19.b</b>	<b>1.220.492</b>	<b>1.306.370</b>
Repasses do exterior		1.220.492	1.306.370
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>7</b>	<b>2.722.291</b>	<b>1.259.657</b>
Instrumentos financeiros derivativos		2.722.291	1.259.657
<b>Outras obrigações</b>		<b>929.282</b>	<b>1.270.184</b>
Carteira de câmbio	9	201.411	164.192
Fiscais e previdenciárias	21	524	44.839
Diversas	22	727.347	1.061.153
<b>Resultados de exercícios futuros</b>		<b>52.442</b>	<b>58.429</b>
Resultados de exercícios futuros		52.442	58.429
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25</b>	<b>8.789.500</b>	<b>11.217.688</b>
Capital social - De domiciliados no exterior		4.474.976	4.133.276
Reserva de lucros		4.283.596	4.040.364
Ajustes de avaliação patrimonial		30.928	44.048
<b>Total do Passivo</b>		<b>74.707.872</b>	<b>61.886.188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)		Capital social		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
	Nota	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros		Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>4.106.550</b>	-	<b>528.683</b>	<b>3.763.561</b>	<b>23.490</b>	<b>(11.026)</b>	<b>8.411.258</b>	
Aumento de capital		27.000	-	-	(27.000)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	58.410	58.410	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(3.336)	(3.336)	-
Redução de capital (Cisão)	25.a	(274)	-	-	-	-	(309)	(583)	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	791.705	791.705	-
Destinações:									
Reservas	25.b.c.e.d	-	-	39.585	329.557	182.488	(551.630)	-	-
Dividendos	25.e	41	-	-	(776.510)	(23.490)	(239.766)	(1.039.766)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>4.133.276</b>	<b>232.050</b>	<b>568.268</b>	<b>3.289.608</b>	<b>182.488</b>	<b>44.048</b>	<b>8.217.688</b>	
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	9.401	9.401	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(22.521)	(22.521)	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	1.301.334	1.301.334	-
Destinações:									
Reservas	25.b.c.e.d	-	-	65.067	675.360	25.907	(766.334)	-	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio	25.e	-	109.650	-	(340.614)	(182.488)	(535.000)	(948.452)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>4.133.276</b>	<b>341.700</b>	<b>633.335</b>	<b>3.624.354</b>	<b>25.907</b>	<b>30.928</b>	<b>8.789.500</b>	
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>4.133.276</b>	<b>232.050</b>	<b>597.769</b>	<b>3.261.994</b>	<b>-</b>	<b>(31.956)</b>	<b>560.525</b>	<b>8.521.608</b>
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	85.739	85.739	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(22.855)	(22.855)	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	711.308	711.308	-
Destinações:									
Reservas	25.b.c.e.d	-	-	35.566	675.360	25.907	(736.833)	-	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio	25.e	-	109.650	-	(313.000)	-	(535.000)	(738.350)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>4.133.276</b>	<b>341.700</b>	<b>633.335</b>	<b>3.624.354</b>	<b>25.907</b>	<b>30.928</b>	<b>8.789.500</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

**1 | Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e

Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

### I) Permanente

#### i. Investimentos

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

- Outros investimentos são compostos, basicamente, por:
  - Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original;
  - Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

#### ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida nos demais meses em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo.

Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 31.

#### iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil, estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

**m) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)**  
O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

#### n) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

#### o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN.

#### l. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões, possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas, e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância, adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

#### p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro, de acordo com a Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente e o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/2015, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL.

A partir de 1º de janeiro 2019, de acordo com o artigo 3º, Inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%, em razão da mudança na legislação em 31 de dezembro de 2018 houve a reversão da provisão dos créditos tributários apurados sobre a majoração da CSLL (5%).

#### q) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- **CAP (Capital Accumulation Program)**, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão com uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações seguem o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

#### r) Benefícios pós-emprego

O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Conglomerado também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, menos as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Conglomerado como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424 do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Conglomerado em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes sendo superavaliados, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

#### i. Benefícios de Curto Prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

## 4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional	738.328	4.491
Disponibilidades em moedas estrangeiras	2.665.439	424.312
Aplicações temporárias em ouro	2.402	3.020
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	685.725	5.213.193
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.444
Aplicações em moedas estrangeiras	-	791.897
<b>Total</b>	<b>4.091.893</b>	<b>6.447.357</b>

## 5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018	2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>14.117.634</b>	-	-	<b>14.117.634</b>	<b>11.722.955</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>9.420.232</b>	-	-	<b>9.420.232</b>	<b>9.518.304</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	300.023	-	-	300.023	2.176.684
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.502.780	-	-	3.502.780	2.797.625
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.617.429	-	-	5.617.429	4.543.905
<b>Posição financeira</b>	<b>1.318.072</b>	-	-	<b>1.318.072</b>	<b>3.099</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	84.995	-	-	84.995	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.116.896	-	-	1.116.896	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	116.181	-	-	116.181	3.099
<b>Posição vendida</b>	<b>3.379.330</b>	-	-	<b>3.379.330</b>	<b>2.201.552</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.171.435	-	-	2.171.435	1.195.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.207.895	-	-	1.207.895	1.046.172
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>169.766</b>	<b>839.923</b>	<b>70.528</b>	<b>1.080.217</b>	<b>1.021.556</b>
Certificados de depósitos interfinanceiros	169.766	839.923	70.528	1.080.217	1.021.556
<b>Outras aplicações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>791.897</b>
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	791.897
<b>Total</b>	<b>14.287.400</b>	<b>839.923</b>	<b>70.528</b>	<b>15.197.851</b>	<b>13.536.408</b>

## 6 | Títulos e valores mobiliários

### a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2018		2017			
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado		
<b>Títulos para negociação</b>						
<b>Carteira própria</b>	<b>7.933.183</b>	<b>8.048.306</b>	<b>5.662.958</b>	<b>5.728.449</b>		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.402.739	2.424.246	4.348.416	4.349.766		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.940	4.940	-	-		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.298.754	4.383.128	1.174.409	1.176.079		
Ações de companhias abertas	20.636	25.727	46	62.419		
Ações recebidas por empréstimos	164.049	166.680	68.195	68.195		
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.042.065	1.034.585	-	-		
Debêntures	-	-	72.252	71.990		
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>2.963.818</b>	<b>2.991.897</b>	<b>2.433.643</b>	<b>2.439.257</b>		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.963.818	2.991.897	1.937.762	1.941.472		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	495.881	497.785		
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>1.035.272</b>	<b>1.043.647</b>	<b>1.048.924</b>	<b>1.049.000</b>		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.028.355	1.036.730	639.291	639.516		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.917	6.917	409.633	409.484		
<b>Vinculado ao Banco Central</b>	<b>348.905</b>	<b>349.159</b>	-	-		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	348.905	349.159	-	-		
<b>Total</b>	<b>12.281.178</b>	<b>12.433.009</b>	<b>9.145.525</b>	<b>9.216.706</b>		
<b>Títulos para negociação</b>						
<b>Abertura por vencimento</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>192.407</b>	<b>1.961.429</b>	<b>708.758</b>	<b>1.916.617</b>	<b>1.681.256</b>	<b>1.587.839</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	487.875	676.875	915.702	343.794	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.940	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	429.969	31.883	995.975	1.337.462	1.587.839
Ações de companhias abertas	25.727	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	166.680	-	-	-	-	-
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.043.585	-	-	-	-
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	-
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
<b>Vinculado ao Banco Central</b>	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>192.407</b>	<b>1.968.346</b>	<b>2.507.569</b>	<b>4.041.283</b>	<b>2.135.565</b>	<b>1.587.839</b>

### b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2018		2017		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	
<b>Títulos disponíveis para venda</b>					
<b>Carteira própria</b>	<b>4.626.277</b>	<b>4.675.343</b>	<b>2.997.443</b>	<b>3.017.302</b>	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.869	5.868	113.813	113.780	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.303.002	2.339.310	1.943.301	1.962.493	
Debêntures	2.231.607	2.244.366	751.964	752.664	
Cotas de fundos de investimentos	85.799	85.799	188.365	188.365	
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>525.309</b>	<b>538.660</b>	<b>1.223.780</b>	<b>1.312.512</b>	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	525.309	538.660	1.223.780	1.312.512	
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>6.650.723</b>	<b>6.810.164</b>	<b>4.784.580</b>	<b>4.885.371</b>	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.721.002	4.749.794	3.280.044	3.381.256	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.839.721	1.963.600	1.413.547	1.413.126	
Cotas de fundos de investimento	90.000	96.770	90.989	90.989	
<b>Total</b>	<b>11.802.309</b>	<b>12.024.167</b>	<b>9.005.803</b>	<b>9.215.185</b>	
<b>Títulos disponíveis para venda</b>					
<b>Abertura por vencimento</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>85.799</b>	<b>1.001.098</b>	<b>1.816.731</b>	<b>1.437.356</b>	<b>334.359</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	5.868	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.001.098	1.012.839	325.373	-
Debêntures	-	-	798.024	1.111.983	334.359
Cotas de fundos de investimentos	85.799	-	-	-	-
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	-	-			



# Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Nível de risco	2017					Total	Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural		
AA	1.428.813	3.852.391	30.637	102.916	4.553	164.058	5.883.368
A	656.361	2.567.270	-	55.828	-	173.440	3.452.899
B	204.863	847.818	414	6	3.444	35.784	1.092.329
C	77.033	118.553	-	-	-	-	195.586
D	4.901	131.574	-	-	-	-	175.575
E	22.343	5.954	-	-	-	-	28.297
F	3.923	3.613	-	-	-	-	7.536
G	41.540	11.381	-	-	-	-	52.921
H	136.613	160.601	-	-	-	-	297.214
Total	2.615.490	7.699.155	31.051	158.750	7.997	373.282	10.885.725
Provisão Adicional	-	-	-	-	-	-	(8.337)
Total da Provisão	-	-	-	-	-	-	(406.467)

### c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	2018					Total	Provisão
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão		
AA	5.056.481	-	5.056.481	40,94	-	-	-
A	5.691.471	-	5.691.471	46,08	0,50%	(28.457)	(28.457)
B	1.129.150	297	1.129.447	9,14	1,00%	(11.292)	(11.292)
C	251.311	1.024	252.335	2,04	3,00%	(7.539)	(31)
D	124.848	325	125.173	1,01	10,00%	(12.485)	(32)
E	2.129	54	2.183	0,02	30,00%	(639)	(16)
F	3.651	12.597	16.248	0,13	50,00%	(1.826)	(6.298)
G	7.543	186	7.729	0,06	70,00%	(5.280)	(60)
H	54.334	15.954	70.288	0,58	100,00%	(54.334)	(19.954)
Total	12.320.918	30.337	12.351.255	100,00	-	(121.852)	(22.393)
Provisão Adicional	-	-	-	-	-	-	(8.489)
Total da Provisão	-	-	-	-	-	-	(152.734)

Nível de risco	2017					Total	Provisão
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão		
AA	5.583.368	-	5.583.368	51,29	-	-	-
A	3.452.899	-	3.452.899	31,72	0,50%	(17.264)	(17.264)
B	1.090.211	2.118	1.092.329	10,03	1,00%	(10.902)	(21)
C	195.586	-	195.586	1,80	3,00%	(5.868)	(5.868)
D	175.517	58	175.575	1,61	10,00%	(17.552)	(5)
E	28.259	38	28.297	0,26	30,00%	(3.777)	(11)
F	7.535	1	7.536	0,07	50,00%	(3.767)	(1)
G	90.924	197	91.121	0,49	70,00%	(35.648)	(1.397)
H	162.514	134.700	297.214	2,73	100,00%	(162.515)	(134.701)
Total	10.746.813	138.912	10.885.725	100,00	-	(261.994)	(136.136)
Provisão Adicional	-	-	-	-	-	-	(8.337)
Total da Provisão	-	-	-	-	-	-	(406.467)

### d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2018		2017	
	Vencidas há mais de 14 dias	Até 90 dias	Vencidas há mais de 14 dias	Até 90 dias
A vencer até 90 dias	30.337	138.912	30.337	138.912
De 91 a 360 dias	3.464.645	4.472.001	3.464.645	4.472.001
Acima de 360 dias	1.893.050	1.851.571	1.893.050	1.851.571
Total	12.351.255	10.885.725	12.351.255	10.885.725

### e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2018		2017	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	3.282.324	26,57	2.969.027	27,27
20 seguintes maiores devedores	2.159.682	17,49	2.143.864	19,69
50 seguintes maiores devedores	2.384.994	19,31	2.401.307	22,06
100 seguintes maiores devedores	1.645.994	13,34	1.798.515	16,53
Demais clientes	2.878.261	23,29	2.573.012	23,45
Total	12.351.255	100,00	10.885.725	100,00

### f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre 2018		Exercícios 2017	
	2018	2017	2017	2017
Saldo inicial	(226.001)	(406.467)	(1.374.089)	(1.374.089)
Constituições líquidas de reversões	25.691	(13.810)	(407.851)	(407.851)
Créditos baixados como prejuízo	47.576	267.543	685.381	685.381
Baixa pela Cisão da Carteira Consumer	-	-	690.092	690.092
Saldo Total	(152.734)	(152.734)	(406.467)	(406.467)

### g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre 2018		Exercícios 2017	
	2018	2017	2017	2017
Empréstimos	136.748	263.535	1.087.875	1.087.875
Títulos descontados	113	359	774	774
Financiamentos	20.549	66.339	150.525	150.525
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	80	1.609	210.037	210.037
Rendas de financiamentos à exportação	330.134	792.851	202.328	202.328
Rendas de financiamentos rurais	25.275	52.310	89.860	89.860
Rendas de financiamentos habitacionais	-	-	91.415	91.415
Rendas de direitos por empréstimos de ações	94	150	573	573
Rendas de adiantamentos a depositantes	3.827	6.126	8.126	8.126
Total	516.820	1.183.279	1.841.513	1.841.513

### h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2018		2017	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações de crédito	1.703.681	11.840	1.059.774	16.690
Obrigações por operações ativas vinculadas	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.703.681)	(1.059.774)	-	-
Resultado líquido das operações vinculadas	-	11.840	-	16.690
Operações ativas vinculadas	-	-	-	-
Operações de crédito	483.163	1.220.518	1.703.681	1.059.774

### 9) Carteira de câmbio

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos	-	-	-	-
Câmbio comprado a liquidar	5.919.102	10.416	4.573.632	87.531
Direitos sobre venda de câmbio	4.932.488	96.793	3.488.315	81.284
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(223.484)	-	(52.740)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	10.148	41	5.506	215
Total	10.638.254	107.250	8.014.713	169.300

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outras obrigações	-	-	-	-
Câmbio vendido a liquidar	5.002.586	104.618	3.529.605	82.908
Obrigações por compra de câmbio	5.761.648	96.793	4.500.210	81.284
Ajuste a valor de mercado de contratos de câmbio (nota 8.a)	(607.047)	-	(375.751)	-
Total	10.157.187	201.411	7.654.064	164.192

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$35.412 (2017 - R\$60.173) estão registradas em conta de compensação.

### 10) Negociação e intermediação de valores

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outros créditos	-	-	-	-
Outros obrigações	-	-	-	-
Créditos	-	37.267	-	76.341
Caixas de registros e liquidação	-	-	-	-
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes (1)	184.340	3.360.057	218.869	2.117.623
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	12.966	152.371	19.502	75.325
Cretores por empréstimos de ações	-	670.506	-	798.055
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	5.324	4.181	3.227	60.673
Total	202.630	4.224.382	241.598	3.128.017

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais o Conglomerado presta serviço de custódia de valores.

### 11) Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a administração do Conglomerado constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Conglomerado, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	95.736	87.416	(131.878)	51.274
Provisão para outros pagamentos	109.656	90.604	(57.889)	142.371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	223.395	69.372	(129.373)	163.394
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	153.146	49.417	(64.894)	137.669
Prejuízos fiscais a compensar	22.403	3.813	-	26.216
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	23.286	37.920	(28.103)	33.103
Insuficiência de depreciação	18.641	-	(2.886)	15.755
Benefícios a empregados CPC 33	1.242	1.979	-	3.221
Total	647.505	340.521	(415.023)	573.003

	2017			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para bônus e gratificação periódica	98.559	116.705	(117.203)	97.799
Provisão para outros pagamentos	122.022	175.769	(184.021)	107.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	501.020	157.785	(174.059)	223.395
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	180.794	82.627	(50.555)	153.146
Prejuízos fiscais a compensar	48.972	-	(26.569)	22.403
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	23.286	-	23.286
Insuficiência de depreciação	22.685	-	(4.044)	18.641
Benefícios a empregados CPC 33	-	1.242	-	1.242
Total	974.052	557.414	(555.951)	(328.010)

### 12) Obrigações por empréstimos e repasses

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	72.258	54.489	(94.551)	32.195
Provisão para outros pagamentos	84.462	49.793	(50.265)	83.990
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	139.675	43.782	(85.421)	98.036
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	102.589	32.202	(52.188)	82.603
Base negativa de contribuição social	70.487	2.288	(9.652)	63.123
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	13.975	-	13.975
Benefícios a empregados CPC 33	-	1.242	-	1.242
Total	484.188	206.545	(308.991)	381.742

### 13) Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a administração do Conglomerado constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Conglomerado, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	95.736	87.416	(131.878)	51.274
Provisão para outros pagamentos	109.656	90.604	(57.889)	142.371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	223.395	69.372	(129.373)	163.394
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	153.146	49.417	(64.894)	137.669
Prejuízos fiscais a compensar	22.403	3.813	-	26.216
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	23.286	37.920	(28.103)	33.103
Insuficiência de depreciação	18.641	-	(2.886)	15.755
Benefícios a empregados CPC 33	1.242	1.979	-	3.221
Total	647.505	340.521	(415.023)	573.003

### 14) Obrigações por empréstimos e repasses

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	98.559	116.705	(117.203)	97.799
Provisão para outros pagamentos	122.022	175.769	(184.021)	107.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	501.020	157.785	(174.059)	223.395
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	180.794	82.627	(50.555)	153.146
Prejuízos fiscais a compensar	48.972	-	(26.569)	22.403
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	23.286	-	23.286
Insuficiência de depreciação	22.685	-	(4.044)	18.641
Benefícios a empregados CPC 33	-	1.242	-	1.242
Total	974.052	557.414	(555.951)	(328.010)

### 15) Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a administração do Conglomerado constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Conglomerado, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para bônus e gratificação periódica	72.258	54.489	(94.551)	32.195
Provisão para outros pagamentos	84.462	49.793	(50.265)	83.990
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	139.675	43.782	(85.421)	98.036
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	102.589	32.202	(52.188)	82.603
Base negativa de contribuição social	70.487	2.288	(9.652)	63.123
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	13.975	-	13.975
Benefícios a empregados CPC 33	-	1.242	-	1.242
Total	484.188	206.545	(308.991)	381.742

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

### 25| Patrimônio líquido

**a) Capital social**  
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Em 14 de janeiro de 2019 o Bacen deliberou aumento de capital da Entidade de R\$ 1.258.549 para R\$ 1.600.249, sem a emissão de novas ações.

Em AGE, de 06 de novembro de 2018, o Citibank N.A. distribuiu capital no montante de R\$ 109.650 relacionados ao pagamento de juros a título de remuneração sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a setembro de 2018 e aporte em espécie no montante de R\$ 232.050.

Em AGE realizada em 1º de dezembro de 2017, foi deliberada a cisão do capital social em R\$ 14 na Corretora, bem como de 275.718 ações ordinárias correspondentes a totalidade das ações detidas pela Itaú Corretora no capital social da empresa.

Em 31 de outubro de 2017, de acordo com a AGE foi deliberada a redução do capital social do Banco no montante de R\$ 260 em decorrência da cisão parcial para o Itaú Unibanco S.A. e para a Itaucard, aprovado pelo Bacen em 18 de janeiro de 2018. Como consequência dessa reestruturação, o Banco cancelou 2.831.052 ações ordinárias, passando a ser representado por 28.307.688.315 ações ordinárias (2017 - 28.310.519.367), nominativas e sem valor nominal.

Em AGE realizada em 29 de junho de 2017, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 27.000 na Corretora, provenientes de Reserva Estatutária - Reserva para Equalização de Dividendos apurados no exercício de dezembro de 2016. O Capital social da Corretora passou de R\$ 248.000 para R\$ 275.000, sem emissão de novas ações. O Bacen homologou o processo em 14 de setembro de 2017.

#### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 65.067 (2017 - R\$ 39.585).

#### c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos que tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Banco e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Banco, estando limitada a 10% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram constituídas reservas estatutárias no montante de R\$ 675.360 (2017 - R\$ 329.557) de lucros acumulados do exercício, sendo R\$ 605.233 (2017 - R\$ 299.062) destinados a reserva de equalização de dividendos e R\$ 70.127 (2017 - R\$ 30.495) para reserva de reforço de capital de giro.

#### d) Reservas especiais de lucros

Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, enquanto não aprovadas pela assembleia ou reunião de sócios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi constituída reserva especial de lucro no montante de R\$ 25.907 (2017 - R\$ 182.488).

#### e) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em AGE realizada em dezembro de 2018 foi aprovado a distribuição de dividendos da Corretora no montante de R\$ 20.000, os quais foram pagos em janeiro de 2019 (2017 - R\$ 8.207, pagos em 1º de fevereiro de 2018). Este valor está debitado da conta de Reserva para Equalização de Dividendos.

Em 27 de dezembro de 2018, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$260.000 deste valor, R\$ 196.000 a débito de conta de Reserva estatutária - equalização de dividendos, apuradas no exercício de 2017 e R\$ 90.000 a débito de lucros acumulados de 2018. Na data a Entidade pagou o montante de R\$ 140.000, sendo, R\$ 43.000 de lucros acumulados de 2018 e R\$ 97.000 de reserva estatutária - equalização de dividendos.

Em 30 de novembro de 2018, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 273.000 a débito de lucros acumulados de 2018 e a Entidade pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 129.000 a débito de lucros acumulados de 2018.

Em 1º de fevereiro de 2018 foram deliberados e pagos dividendos na Entidade no montante de R\$ 208.312, sendo R\$ 25.824 de reserva estatutária - equalização de dividendos e R\$ 182.488 de reservas especiais de lucros e na Corretora R\$ 1.793 a débito de reserva estatutária.

Em 27 de julho de 2017, conforme AGE, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio, líquido de impostos, no valor de R\$ 127.500, ao Citibank N.A. deliberado em dezembro de 2016.

Conforme AGE de 29 de junho de 2017, o Conglomerado aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 250.000, deste valor, R\$ 226.510 em contra partida a reserva estatutária, e R\$ 23.490 a reserva especial de lucro, apurados no exercício de 2016.

Em AGE realizada em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada a distribuição e o pagamento de dividendos no valor total de R\$550.000 ao Banco, sendo consumida a reserva estatutária apurada em exercícios anteriores. Em 31 de outubro de 2017, de acordo com a AGE, foi aprovada a distribuição e o pagamento de dividendos no valor líquido de R\$163.700 a título de lucros acumulados. Conforme AGE de 29 de junho de 2017, o Banco aprovou distribuir ao acionista dividendos no valor de R\$250.000, deste valor, R\$226.510 sendo consumida a reserva estatutária, e R\$23.490 da reserva especial de lucro, apurados no exercício de 2016.

#### f) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda de R\$ 133.115 (2017 R\$ 123.713) e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica de R\$ (102.186) (2017 R\$ (79.664)).

### 26| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre		Exercícios
	2018	2018	
Rendas de administração e estruturação			
- fundos de investimento (1)	9.750	26.623	166.981
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	22.738	42.156	74.030
Rendas de serviços de custódia	30.122	71.434	99.597
Rendas de correlações de operações em bolsas	29.540	65.833	71.870
Rendas de serviços prestados	147.781	329.296	64.811
Rendas de utilização de serviços (2)			177.439
Receitas com operações de cartões de crédito	20.623	41.501	76.693
Receitas com administração de clientes estrangeiros	7.407	14.710	15.593
Rendas de assessoria econômico-financeira	3.192	8.094	12.927
Rendas de garantias prestadas	44.131	90.426	84.320
Receitas de serviços prestados a ligadas (3)	232.296	493.934	524.246
Outros serviços	41.589	118.758	82.327
<b>Total</b>	<b>589.169</b>	<b>1.302.765</b>	<b>1.450.834</b>
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito	-	-	102.125
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	33.111	69.335	58.320
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	60	481	147.799
<b>Total</b>	<b>33.171</b>	<b>69.816</b>	<b>308.244</b>

(1) Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.

(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.

(3) As receitas de prestação de serviços à ligadas, basicamente, é decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$ 487.112 (2017 - R\$ 510.323).

### 27| Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercícios
	2018	2018	
Despesas de aluguel	(2.191)	(4.306)	(52.112)
Despesas de comunicação	(15.084)	(38.762)	(60.582)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(15.841)	(28.804)	(35.637)
Despesas de promoções e relações públicas	(5.771)	(6.940)	(23.130)
Despesas de propaganda e publicidade	(6.159)	(9.058)	(33.064)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(68.858)	(137.360)	(139.240)
Despesas de serviços de terceiros	(282.627)	(500.822)	(501.385)
Despesas de serviços técnicos especializados	(41.474)	(77.520)	(116.751)
Despesas de processamento de dados	(6.816)	(72.011)	(283.682)
Despesas de viagens	(8.817)	(16.948)	(19.014)
Despesas de amortização e depreciação	(36.716)	(66.146)	(103.541)
Despesas de água, energia e gás	(2.908)	(5.924)	(10.952)
Despesas de material	(554)	(1.100)	(5.213)
Despesas de transporte	(99)	(521)	(6.529)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(4.082)	(9.336)	(28.274)
Outras despesas administrativas	(10.985)	(21.381)	(39.383)
<b>Total</b>	<b>(508.982)</b>	<b>(996.979)</b>	<b>(1.458.489)</b>

### 28| Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre		Exercícios
	2018	2018	
Receitas			
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	1.056	11.201	140.688
Reversão de provisão para contingências	4.777	62.139	64.448
Receitas com operações de cessão de crédito	143.398	235.725	162.781
Varição cambial - Ordem de pagamento ME (3)	(72)	-	927
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.877	37.234	64.570
Recuperação de encargos e despesas	269	622	28.289
Reversão de provisões operacionais	11.202	19.635	50.480
Atualizações e recuperação de impostos	1.714	11.328	2.514
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações	220	220	236
Receitas com MTM de empréstimos de ações	4	4	-
Reversão de provisão de reestruturação de pessoal	810	1.775	4.466
Outras receitas operacionais	111.174	133.629	24.426
<b>Total</b>	<b>291.429</b>	<b>513.512</b>	<b>543.825</b>
Despesas			
Atualização monetária de contingências	(18.138)	(36.902)	(69.425)
Despesas com operações de cartões de crédito (2)	(33.687)	(67.817)	(243.460)
Despesas com provisões operacionais	36	(732)	(24.225)
Despesas com provisões para contingências	(24.606)	(75.205)	(210.709)
Despesas com administração de recursos	(2.058)	(6.361)	(21.227)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos	-	(14)	-
Despesas com provisão de reestruturação de pessoal	(5.550)	(12.483)	(34.023)
MTM negativo de ações dadas por empréstimos	(164)	(228)	(257)
Despesas de serviços prestados a ligadas (4)	(101.402)	(178.611)	(187.014)
Outras	(53.929)	(90.215)	(128.771)
<b>Total</b>	<b>(239.498)</b>	<b>(468.568)</b>	<b>(919.111)</b>

(1) Refere-se, substancialmente, às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.

(2) Refere-se, substancialmente, às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.

(3) Os saldos credores apresentados por conta de resultado de natureza devocora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

(4) As despesas de serviços a ligadas é decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país.

### 29| Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	Citibank N.A.		Citibank S.A.		Leasing	Distribuidora	ACCS Seguros	2018 Conglo-merado
	2018	2018	2018	2018				
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias	1.021	153.749	83.248	20.383	258.401			
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	-	2.148	-	43.520	13.800	59.468		
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	86.980	-	927	911	88.818		
Impostos e contribuições a recolher	1.021	64.621	-	38.801	5.672	110.115		
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(15.887)</b>	<b>(348.423)</b>	<b>(1.754)</b>	<b>(66.753)</b>	<b>(15.365)</b>	<b>(448.182)</b>		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(171.452)	(1.775)	(59.613)	(23.305)	(256.145)		
(Ativo)/passivo fiscal diferido	(15.887)	(176.971)	21	(7.140)	7.940	(192.037)		

	Citibank N.A.		Citibank S.A.		Leasing	Distribuidora	ACCS Seguros	2017 Conglo-merado
	2018	2018	2018	2018				
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias	69.318	146.341	1.911	107.768	33.477	388.336		
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	67.963	252	1.833	67.519	27.465	165.032		
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	87.260	-	-	57	87.317		
Impostos e contribuições a recolher	1.355	58.829	78	40.249	5.955	106.466		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	25.685	-	3.836	-	29.521		
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(86.981)</b>	<b>(400.186)</b>	<b>(11.015)</b>	<b>(88.483)</b>	<b>(32.853)</b>	<b>(619.518)</b>		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(111.569)	(345.841)	(4.670)	(89.962)	(39.747)	(591.789)		
(Ativo)/passivo fiscal diferido	24.588	(54.345)	(6.345)	1.479	6.894	(27.729)		

### 30| Transações com partes relacionadas

**a) Transações com partes relacionadas**  
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	Controladoras (1)		Controladas (2)		Outras partes relacionadas No País (3)		2018 No exterior (4)	
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018
Ativo								
Disponibilidades	-	122	-	157.444	-	-	-	2.383.970
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	7.164.684	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	11.087	-	-	-	814.831
Relações interfinanceiras - Ativa	-	-	-	1.103.230	-	-	-	-
Outros créditos	-	18.399	-	10.486	-	4.411	-	7.467.670
Passivo								
Depósitos	-	(39)	-	(4.805.752)	-	(15.403)	-	(742)
Obrigações por operações compromissadas	-	(295.302)	-	(2.527.465)	-	(402.533)	-	(4.138.962)
Relações interfinanceiras	-	-	-	(1.103.230)	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	-	-	-	(14.577.514)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(1.241.062)
Outras obrigações	-	(63.373)	-	(10.486)	-	(33.519)	-	(8.177.407)
Receita/(despesa)								
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	57.120	-	410.971	-	-	-	(469.251)
Resultado de operações de captação no mercado	-	(9.157)	-	(410.971)	-	(21.467)	-	(147.467)
Resultado de operações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	-	-	-	(293.200)
Resultado de operações de câmbio	-	11.659	-	-	-	587	-	41.684
Receitas de serviços prestados	-	29.068	-	27.181	-	2.664	-	785.423
Resultado em participações em coligadas e controladas	-	-	-	83.432	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	372	-	149	-	706	-	17.919
Outras despesas administrativas	-	(1.988)	-	(54.940)	-	(176.714)	-	(293.426)
Outras despesas operacionais	-	(16.405)	-	(12.392)	-	(24.061)	-	(223.923)
Resultado não operacional	-	-	-	40.003	-	2.593	-	-

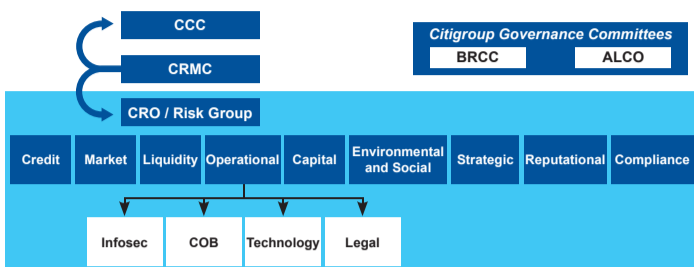
	Controladoras (1)		Controladas (2)		Outras partes relacionadas No País (3)		2017 No exterior (4)	
	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017
Ativo								
Disponibilidades	-	(1)	-	-	-	-	-	188.029
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-					

...Continuação  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

### 34 | Gerenciamento integrado de riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução nº 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



- **Country Coordination Committee (CCC):** É o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.
- **Country Risk Management Committee (CRMC):** O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.
- **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

#### 34.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

#### Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

- De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:
- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
  - avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
  - avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 14 vezes no período de 1º de janeiro de 2018 à 18 de março de 2019, onde desenvolveu as seguintes atividades:

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

São Paulo - SP



#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado combinado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

**Primeira Linha de Defesa - Negócio:** O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

**Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico:** Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controladores Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

#### 34.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

#### A Diretoria

Camilla Cruz Oliveira de Souza  
 CRC: 1SP256989/O-0

desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o exercício de 2018, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 18 de março de 2019, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, (ii) dos assuntos de destaque do exercício e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 18 de março de 2019.  
 Comitê de Auditoria

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Essas demonstrações financeiras consolidadas combinadas contêm uma agregação das informações financeiras relativas às entidades Banco Citibank S.A., Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Citibank N.A. - Filial Brasileira e Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas de base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

São Paulo, 20 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
 CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia  
 Contadora CRC 1SP198502/O-8

# COM O MASP, O CITI APOIA A ARTE NO BRASIL.



Embrace the future



MINISTÉRIO DA  
 CIDADANIA

